

MARIANA DA SILVA TELLES SCALDINI

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL:

possibilidades no contexto atual.

Rio de Janeiro
2008

MARIANA DA SILVA TELLES SCALDINI

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL:

possibilidades no contexto atual.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Orientadora: Prof. Dr^a Claudia Ribeiro Pfeiffer
Doutora em Planejamento Urbano e Regional -
IPPUR/UFRJ

Rio de Janeiro
2008

S281d Scaldini, Mariana da Silva Telles.
Desenvolvimento econômico local : possibilidades
no contexto atual / Mariana da Silva Telles Scaldini. –
2008.

37 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Cláudia Ribeiro Pfeiffer.

Trabalho de conclusão de curso (especialização)
– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

Bibliografia: f. 37.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Economia
regional. I. Pfeiffer, Cláudia Ribeiro. II. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 338.9

Dedico a minha orientadora Claudia Pfeiffer,
pela sua dedicação e atenção
em cooperar no meu artigo
e pelas minhas amigas
que entenderam minha
ausência nos finais de semana.

RESUMO

SCALDINI, Mariana da Silva Telles. **Desenvolvimento econômico local: possibilidades no contexto atual.** Tese (Especialização em Política e Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O artigo visa apresentar o pensamento de alguns dos principais autores, franceses, espanhóis, portugueses e brasileiros, reflexivos do desenvolvimento econômico local, sobre as possibilidades e limites desse desenvolvimento, em contexto de globalização do sistema capitalista. Amin e Robins (1992), a partir da análise dos distritos industriais marshallianos e dos atuais, defendem que as economias locais não conseguem sobreviver e se desenvolver sem se inserir na rede econômica global. Benko e Lipietz (1994) vinculam o sucesso e o crescimento das regiões industriais à realidade e desenvolvimento de sua dinâmica interna. Para Vasquez Barquero (2001), o desenvolvimento econômico local resulta das externalidades geradas pelas interações que ocorrem internamente aos diversos processos existentes em cada localidade. Llorens (2001) é mais específico em sua análise e atrela o sucesso das iniciativas de desenvolvimento local à gestão pública local, e ao seu papel de apoio político-administrativo e de promotor de estratégias de desenvolvimento. Santos (2002), o mais enfático quanto às negatividades do capitalismo e à necessidade de criar um modelo de desenvolvimento que se preocupe com o social e o meio ambiente, além de se basear em princípios não capitalistas, propõe uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas. E Fauré e Hasenclever (2006), que tratam especificamente do caso brasileiro, consideram que a variável geográfica, o território, é discriminante e caracterizado por um conjunto de condições que irão explicar e influenciar no processo de desenvolvimento. E propiciam uma reflexão sobre as mudanças e realizações necessárias e coerentes com cada localidade, para se alcançar um nível e padrão de desenvolvimento que gere equidade, igualdade, de direitos e de oportunidades, que reduza ou não gere desigualdades e exclusão social e econômica, e conjugue no desenvolvimento local as questões sociais, econômicas e ambientais. O artigo conclui que existem várias possibilidades de desenvolvimento econômico local no contexto da globalização do sistema capitalista e que a formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico local está próxima de se concretizar.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Economia Local; Território.

ABSTRACT

SCALDINI, Mariana da Silva Telles. **Local Economical Development: possibilidades no contexto atual.** Thesis (Specialization in Urban Politics and Projection) – Research Institute of Regional and Urban Projection, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

The article analyzes the main reflexive French, Spanish, Portuguese and Brazilian authors related to local economical development. Understanding the main obstructive and prominent factors, in order to reach the local economical development desired, based on non-capitalist principles. In such case, the AMIN analysis are presented; ROBINS (1992), analyzes the *Marshallian* and present industrial districts and questions whether these local economies are able to survive and develop internally without being introduced into the global economic context. Nevertheless, BENKO; LIPIETZ (1994); link the success and growth of industrial areas to the reality and development of internal dynamics. To BARQUERO (2001) the local economical development results from external facts generated by interactions that occur internally in the many different existing processes of each location. LLORENS (2001) is more specific in his analysis and links the success of local development initiatives to the local public management and to its roles as administrative and political support and promoter of development strategies. SANTOS (2002) is more emphatic regarding the opposition to capitalism and the need of creating a development model focused on social and environment issues, besides establishing non-capitalist principles and, proposes a gradual transformation in economy to a non-capitalism model of production, exchange and consumption. In FAURÉ; HASENCLEVER (2006), where the geographical variant, the territory, is discriminating and characterized by a group of conditions that Will explain and influence the development process. It exhibits the present possibilities of materializing the arguments and discussions. Besides providing a meditation on changes and needed and coherent accomplishments within each location, in order to reach a certain level and pattern of development that generates equity, equality of rights and opportunities reducing or do not generating inequality, social-economical exclusion, and joining to the local development, the social, economical and environmental issues. The article concludes that there are several possibilities for the local economical development in the capitalist global system and the formulation of a local economical development theory is about to be accomplished.

Key Words: Development, Local Economy, Territory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .	7
2 AS ECONOMIAS LOCAIS NÃO TÊM REALIDADE PRÓPRIA FORA DA REDE ECONÔMICA GLOBAL.	8
3 A DINÂMICA INTERNA DE CADA LOCALIDADE.	11
4 EXTERNALIDADES GERADAS PELA INTERAÇÃO ENTRE DIVERSOS PROCESSOS.	13
5 O ELO DO APOIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO OFERECIDO PELOS GESTORES PÚBLICOS LOCAIS E DO SEU PAPEL DE PROMOTOR DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO.	17
6 PRINCÍPIOS NÃO CAPITALISTAS COMO FORMAS DE CONCEBER E ORGANIZAR A VIDA ECONÔMICA QUE IMPLICAM REFORMAS RADICAIS DENTRO DO CAPITALISMO.	20
7 O TERRITÓRIO É CARACTERIZADO POR UM CONJUNTO DE CONDIÇÕES QUE IRÃO INFLUENCIAR NO DESENVOLVIMENTO.	28
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Desde a afirmação e concretização do Sistema Capitalista como o imperador do mundo econômico, após o fim do Sistema Socialista, mas principalmente após a quebra da União Soviética. Países e seus governos vivem uma batalha constante na busca de alcançar o tão sonhado desenvolvimento, e se classificar como país desenvolvido e não mais em desenvolvimento.

Esse modelo de desenvolvimento capitalista, no entanto, causa desigualdades sociais, econômicas, de direitos, exclusão às condições básicas de qualidade de vida. Gera fome, pobreza, miséria, guerras. Além de estar relacionado a uma dinâmica de funcionamento cruel e desleal de concorrência, produtividade, conquista de mercado e consumidores, exploração do trabalhador, desejo insaciável pelo consumo, utilização irrestrita e incondicional dos recursos naturais e do meio ambiente em geral.

Apesar do conhecimento de todas as conseqüências maléficas ao desenvolvimento humano do modelo capitalista, a maioria absoluta dos governos persiste na busca incansável pelo auge desse modelo. Como nesse auge há lugar para poucos, a grande maioria permanece dependente das grandes potências econômicas quanto ao fornecimento e aquisição de mercadorias e serviços, e sua base dinâmica econômica e social correlacionada a essas potências.

Por outro lado, algumas localidades vêm buscando alternativas de desenvolvimento, que não sejam dependentes das dinâmicas das grandes potências mundiais. Identificam, nas potencialidades e especificidades locais, oportunidades de dinamizar suas economias, gerar emprego e renda a população, reduzir as desigualdades locais, oferecer um mínimo de qualidade de vida a população marginalizada, elaborar políticas públicas que atendam as necessidades locais, diversificar e qualificar os serviços públicos, entre outras questões.

Nesse contexto, instaura-se o debate em torno das possibilidades de desenvolvimento local, o qual encontra-se dividido entre aqueles que consideram que não há como existir um desenvolvimento local, "não apenas porque o desenvolvimento é sempre articulado aos processos mais gerais, mas porque é da natureza das sociedades capitalistas a incorporação crescente de novas esferas e espaços

subordinados à lógica do centro dominante; e aqueles que entrevêem na questão do desenvolvimento local uma resposta que, tendo sua emergência associada a um contexto de globalização, reestruturação produtiva e crise do padrão de desenvolvimento, insere-se no âmago das disputas em torno de alternativas e caminhos, o que lhe dá um potencial transformador” (SILVEIRA, 2002).

Esse artigo apresenta reflexões sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico local no âmbito do sistema capitalista de autores franceses, espanhóis, portugueses e brasileiros, vinculados à teoria da regulação¹, à teoria do desenvolvimento endógeno², a análises de alternativas de desenvolvimento econômico contra-hegemônicas³, à análise de experiências de desenvolvimento econômico local no Brasil; bem como suas reflexões. Quais sejam: Amin; Robins (1992), Benko; Lipietz (1994), Vasquez Barquero (2001), Llorens (2001), Santos (2002) e Fauré; Hasenclever (2006).

O propósito é contribuir com uma base expositiva de questões que contribuam para refletir e estruturar possibilidades de desenvolvimento econômico embasado na dinâmica local. Apresentando de forma sucinta e clara as propostas dos grandes analistas dos modelos de desenvolvimento econômico local. No intuito de alcançar gestores públicos locais que tenham o interesse em gerar um desenvolvimento local integrando o econômico, o social e o meio ambiente.

2 AS ECONOMIAS LOCAIS NÃO TÊM REALIDADE PRÓPRIA FORA DA REDE ECONÔMICA GLOBAL.

¹ A Escola da regulação ou teoria da regulação é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa, que identifica na crise do fordismo (ou do keynesianismo-fordismo) e na emergência de paradigmas do pós-fordismo (ou mais amplamente do pós-industrialismo ou sociedade informacional) uma das chaves mestras para pensarmos os desafios das transformações sociais, nessa virada de século. O fordismo expressa um modelo de desenvolvimento onde se associam: produção em massa, regime salarial, organização taylorista do trabalho (separação hierárquica concepção-execução) e um papel centralizador dos Estados nacionais, tanto no planejamento econômico quanto na cobertura social. O pós-fordismo pode ser caracterizado como um regime de acumulação onde convivem diferentes formas organizacionais e configurações produtivas. As configurações produtivas (bem como os tipos de empresas) coexistem e deixam de possuir, qualquer uma delas, capacidades padronizadoras da vida social como um conjunto. Nesse regime de acumulação a informação e a comunicação passam a desempenhar um papel central. (Silveira, 2004).

² O “Desenvolvimento Local Endógeno” teoriza sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais - internos a uma localidade, incorporando ao instrumental econômico neoclássico variáveis como participação e gestão local. Tal desenvolvimento seria, na visão de seus defensores um processo de mudança e crescimento estrutural econômico baseado na utilização do potencial existente em um dado território, onde os fatores determinantes são a capacidade de liderança do próprio processo de dentro pra fora e a mobilização dos recursos locais de forma a favorecer os rendimentos crescentes e a criação de externalidades (Braga, 2001).

³ Contra-hegemônico é o que está em desacordo com o que é vigente e considerado universal. Contra o que é considerado unânime.

Amin e Robins (1992) a partir de uma análise sobre os distritos industriais refletem sobre questões que envolvem o novo modelo de desenvolvimento baseado nas aglomerações.

Para esses autores a defesa da nova ortodoxia do modelo de desenvolvimento, onde todo e qualquer tipo de atividade econômica localizada, nova ou em expansão, que expõe formas de cooperação entre unidades especializadas, pode ser considerado distrito industrial, não se distinguem das zonas de crescimento que constituíram a vanguarda do fordismo. Admitem que as semelhanças e as diferenças fazem parte de uma nova realidade contemporânea.

Baseado na definição de distrito industrial como *"sistema econômico coordenado e bem articulado a nível local, geralmente especializado, mas não necessariamente, num produto, e caracterizado pela divisão das tarefas entre as empresas, que tiram todas as vantagens e economias do fenômeno de aglomeração a nível espacial."* Não há aparente justificativa para diferenciar as aglomerações pós-fordistas das fordistas, principalmente se analisar os estudos empíricos e suas características semelhantes das aglomerações dos anos 50 e 60.

Esses complexos de produção fordistas eram estruturados em uma acentuada divisão social do trabalho, apesar de serem organizados com um quantitativo maior de etapas no processo de produção da empresa, essas dependiam de uma variedade de fornecedores locais de componentes (insumos) ao seu processo. Equivalente ao que ocorre no modelo de desenvolvimento pós-fordista, essa rede de produção constituía a base de colaboração a longo prazo. Além disso, os princípios do fordismo também buscavam de forma igualitária a cooperação dos trabalhadores e a conciliação da sua vida de trabalho com a vida particular. O trabalhador representava um parceiro e um cooperante exatamente como nos modelos pós-fordistas.

Para Amin e Robins (1992), esses paralelos estabelecidos, não significam que não haja diferenças entre os complexos de produção fordistas e pós-fordistas. Porém, a existência de fortes semelhanças entre esses dois modelos de desenvolvimento, não exclui o fato da alavancagem desses supostos novos espaços industriais serem decorrentes de uma necessidade estrutural e organizacional de um regime econômico pós-fordista, que exigiria a desintegração vertical e a especialização flexível.

Além de não significar que a produção de massa (fordista) representa a supremacia da divisão técnica sobre a divisão social do trabalho e a produção flexível (pós-fordista) não corresponde à superação da divisão social do trabalho e nem a delimitação da produção a uma localidade.

Portanto, o desenvolvimento do sistema capitalista, vem se caracterizando por uma coexistência de divisão técnica e divisão social do trabalho cada vez mais aprofundada, e organizado em um sistema econômico fragmentado e integrado.

Os novos distritos industriais não passam do resultado de uma forma particular de organização industrial (como, a desintegração vertical), sendo mais adequado as demandas e realidades de uma nova dinâmica global de funcionamento e de interações das empresas. Representando um modo de organização geográfica suscetível de ser ativado por motivos imprevisíveis, não havendo justificativa plausível para o surgimento do modelo pós-fordista. As múltiplas vantagens sociais, econômicas e organizacionais que incidem sempre da proximidade espacial e da aglomeração, e propiciam o sucesso dos complexos territoriais são meras coadjuvantes.

O mesmo conjunto de circunstâncias, existentes em um dado local, quando se combinam às oportunidades industriais passam a dar origem a complexos de produção de vários tipos, independente da época temporal e do território. Portanto, segundo Amin e Robins (1992), os novos aglomerados industriais terão variadas especificidades, como os que são baseados na subcontratação em grande escala para as grandes empresas, adequadas às necessidades das grandes empresas. A dinâmica de organização da economia local é determinada pelas empresas que se instalam na localidade e não por características do território.

Analisando pela visão da economia política as diferenças entre os modelos de aglomeração são de extrema importância, pois irão determinar as relações sociais e as relações de poder entre empresas, instituições, empregadores e empregados, e configuram as potencialidades e as características sociais e econômicas de cada tipo de complexo de produção. Portanto, dentro dessa visão os distritos industriais representam a forte divisão do trabalho entre pequenas empresas, envolvendo troca de produtos, cooperação e proximidade entre si. Em que a divisão do trabalho, incluindo serviços financeiros e comerciais, está fortemente centrada no local, e por meio da

especialização e da interdependência, o complexo de produção é governado e regulado de forma coletiva. Já no complexo de produção de subcontratação a divisão do poder é dispare e encontra-se na mão das grandes e principais empresas. Sendo assim, a caracterização sempre se dará pelas relações entre empresas e entre as demais instituições.

Consequentemente, Amin e Robins (1992) acreditam que as diversas modalidades de complexo de produção ocorrem concomitantemente e não necessariamente uma ou outra estejam em vias de desaparecer.

Cabe esclarecer que para os autores o funcionamento de uma grande empresa não ocorre de maneira independente, sendo capaz de determinar os limites de seu próprio desenvolvimento, mas contrariamente, sua organização está vinculada à divisão geral do trabalho, a uma base local e a um sistema produtivo local, estimulado à inovação. Entretanto, o novo complexo de produção está aprisionado a organização da grande empresa (multinacional) e depende de suas decisões.

Portanto, Amin e Robins (1992) consideram arriscados os modelos que tomam efetivos esse conceito de desenvolvimento regional, onde a dinâmica dos complexos de produção e da economia local é dependente das redes econômicas, comerciais, financeiras, sociais, culturais locais estimuladas e criadas de acordo com a organização e interesses de uma ou mais grandes empresas. Além de não garantirem que essas novas operações individuais não sejam capazes de estimular o desenvolvimento econômico local.

3 A DINÂMICA INTERNA DE CADA LOCALIDADE.

Benko e Lipietz (1994) protagonizam uma discussão sobre o papel do local e do global como potencializadores do desenvolvimento.

Para esses autores quando a economia espacial, a economia regional ou internacional privilegia o local (representado por inúmeras possibilidades territoriais) demonstra um enfoque baseado na estrutura interna do território para explicar suas relações com outros territórios. Nesse enfoque, o território passa a existir como uma "personalidade" a ser descoberta e potencializada, caracterizada pelas suas dotações

naturais e humanas, as suas instituições, a sua "atmosfera" própria, e essa "personalidade" propicia relações vantajosas com outras regiões.

O enfoque que privilegia o global define as regiões pelo seu lugar numa estrutura mais global ou abrangente. Portanto, a região e suas características são resultadas da inter-regionalidade.

O enfoque do local como caminho para o desenvolvimento espacial de atividades econômicas decorre dos anos de 1960, quando dominou a primeira "ortodoxia" derivada da metodologia "individualista". Remete a genealogia, a "personalidade" e ao processo histórico de cada área geográfica, que deveria passar por estágios de desenvolvimento econômico. Primeiro o local desenvolveria o estágio pré-industrial, depois o estágio industrial e por último o estágio pós-industrial. Porém, cada local (país ou região) teria o seu momento de alavancar a economia, sendo assim, haveria um desenvolvimento relativo de uns com os outros a cada momento histórico. Portanto, o desenvolvimento tardio de uns em relação aos outros é decorrente dos acasos da História, em razão de sua estrutura interna.

O enfoque da teoria globalmente estruturalista é derivado da teoria da dependência. Onde "a causa do subdesenvolvimento de uns era o desenvolvimento dos outros e a riqueza desses últimos alimentava-se da miséria dos primeiros". Portanto, a partir do momento em que alguns países desenvolvem anteriormente a outros, esses primeiros criam mecanismos e barreiras ao desenvolvimento dos que estão por vir, gerando um centro dominante, desenvolvido e avançado, e uma periferia dominada e produtora de bens primários. Ao longo do tempo as tecnologias e os tipos de produção evoluíram, alguns países conseguiram crescer e se desenvolver, mas não alcançaram o nível de desenvolvimento dos primeiros, que também cresceram, desenvolveram e criaram novos processos e mecanismos de dominação e exclusão dos processos mais desenvolvidos.

Apesar de serem enfoques diferentes, existe um processo de efeito e causalidade, pois o conhecimento e desenvolvimento da "personalidade" local e seu processo histórico define o próprio posicionamento perante uma visão territorial e espacial global, que determina sua situação de dominador ou dominado.

Entretanto, Benko e Lipietz (1994) se propõem a uma análise do desenvolvimento regional "endógeno" rompendo com ambos os enfoques, e defendem que o sucesso e o crescimento de regiões industriais devem essencialmente a dinâmica interna de cada localidade.

Partindo de uma reflexão de estudos empíricos concluíram que algumas cidades e vales emergiram em decorrência da força interna de suas economias focando indústrias específicas, conseguiram se engajar no mercado mundial de forma vitoriosa. A suposta solução para essa vitória seria a conjugação das características sociais com um tipo de organização industrial que conjugasse "concorrência-emulação-cooperação no meio de um sistema de empresas pequenas e médias, lembrando os distritos industriais". Essa nova dinâmica econômica é organizada dentro de um regime de especialização flexível, de divisão técnica do trabalho de forma integrada (profissionalização da mão-de-obra), de divisão social do trabalho desintegrada entre as firmas menores, estruturada na inovação descentralizada e na coordenação pelo mercado e pela reciprocidade ente firmas. Além da escolha de governança política que determina o modelo de desenvolvimento seguido. A partir de um escopo local se desenha o caminho de sucesso econômico interno que fortifica as bases econômicas e sociais locais para enfrentar uma competição econômica global de subordinados e dominadores.

4 EXTERNALIDADES GERADAS PELA INTERAÇÃO ENTRE DIVERSOS PROCESSOS.

A percepção de uma mudança no foco do desenvolvimento cresce no início dos anos 80, quando inicia um processo de profundas mudanças na política econômica dos países. Questões como intensificação dos processos de globalização, a redução da presença do Estado na execução da atividade econômica, a privatização de atividades produtivas de caráter público e a diminuição do papel das políticas redistributivas, industriais e regionais redirecionam os caminhos na busca pelo desenvolvimento.

Nesse momento, os atores locais e regionais passaram a empreender ações objetivando influenciar os processos de crescimento das economias locais. Surgindo assim as políticas econômicas de desenvolvimento local (ou desenvolvimento

endógeno, como denomina Vásquez Barquero (2001), como resposta das comunidades aos desafios colocados pelo fechamento de empresas, pela desindustrialização e pelo aumento do desemprego.

Esse novo foco da política de desenvolvimento irá valorizar novas questões e metodologias para propiciar o desenvolvimento endógeno, que pode ocorrer em decorrência do potencial e do excedente gerado localmente ou pela atração de recursos externos. Sendo preciso ativar fatores que determinam os processos de acumulação de capital, podendo ser, a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades e o fortalecimento das instituições.

Segundo Vásquez Barquero (2001), para alcançar o desenvolvimento endógeno é indispensável potencializar os processos de acumulação de capital. Conseqüentemente é necessário que haja interações desse processo com outros mecanismos pertinentes à dinâmica local, como: a flexibilidade e complexidade institucional; a organização flexível da produção; o desenvolvimento urbano do território; e a inovação e difusão do conhecimento.

Essas interações se encontram dentro de uma dinâmica econômica, social, cultural, política, territorial e urbana local, aonde os sistemas produtivos se estruturam e relacionam que podemos denominar de cidade.

Primeiramente, para essa cidade se converter no espaço preferencial das tomadas de decisões de investimento e de localização da indústria e dos serviços, ou seja, do desenvolvimento, precisa ser atraente perante o interesse dos investidores e empresários. Necessariamente, oferecer uma estrutura e um nível de desenvolvimento urbano e territorial que propicie a acumulação e sua expansão do capital e de gerar externalidades.

Sendo assim, cidades que oferecem um espaço de excelência para o desenvolvimento endógeno e geram externalidades que cooperaram para a obtenção de rendimentos crescentes é indispensável que conte com um sistema produtivo diversificado, contribua para uma dinâmica econômica; seja um espaço de redes, onde as relações entre os atores favoreçam a difusão do conhecimento; e estimula os processos de inovação e de aprendizagem das empresas.

Portanto, a cidade é o espaço territorial capaz de estimular os processos de desenvolvimento endógeno. Desse modo, é o local onde as interações desse processo ocorrem, e o seu nível de desenvolvimento urbano e territorial determina toda a dinâmica de acumulação de capital.

Uma vez que a acumulação de capital se traduz por acumulação de tecnologia e de conhecimento, o desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva dependem desses últimos para impulsionar a transformação e a renovação do sistema produtivo.

No entanto, os efeitos econômicos das inovações dependem de como as mesmas se difundem no tecido produtivo e qual a estratégia tecnológica adotada pelas empresas, no esforço de aumentar a rentabilidade dos investimentos e ampliar a presença nos mercados que constitui um dos mecanismos-chave do processo de inovação.

A teoria do desenvolvimento endógeno considera que as inovações devem ser tanto radicais como incrementais. Inovações radicais são as referentes à produção de novos bens, à introdução de novos métodos de produção e à criação de novas formas de organização. E as incrementais, a incorporação de mudanças de engenharia nos produtos, nos métodos e nas organizações, permitindo uma resposta eficaz aos desafios colocados pela concorrência nos mercados.

As inovações e o conhecimento reforçam a competitividade e a rentabilidade das empresas e dos sistemas produtivos, propicia economias externas às empresas (as quais todos inseridos no mercado se beneficiam) e conseqüentemente permite a expansão espacial e territorial. Porém, sua posição no mercado não depende somente das inovações e conhecimento, mas da atuação dos competidores, de seu caráter inovador e do tipo de relações mantidas com o entorno.

Os sistemas organizacionais das empresas locais e as relações entre as mesmas formam um dos mecanismos pelo qual ocorrem os processos de crescimento e de mudanças estruturais nas economias locais e regionais, sendo um dos potencializadores do desenvolvimento econômico local.

Entretanto, as novas formas de organização dos sistemas produtivos locais e das empresas (como a organização flexível da produção) e as novas estratégias territoriais possibilitam o uso eficaz dos atributos territoriais e o desfrute das vantagens

competitivas, gerando uma melhoria da capacidade competitiva das localidades e dos territórios e de seus processos de crescimento econômico e de mudança estrutural.

O desenvolvimento de uma economia é sempre promovido pelos inúmeros atores inseridos nessa localidade, que tem sua cultura, formas e mecanismos próprios de organização. Cada sociedade encoraja formas específicas de organização e de instituições que lhe são próprias e que deverão tomar decisões e acompanhar os processos de desenvolvimento das atividades econômicas.

Quando um território conta com um sistema institucional evoluído e complexo, esse integra densas redes de relações envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais. Representando uma rede, que todas as instituições pertencentes, podem otimizar e utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis, permitindo as empresas reduzir custos de transação e de produção, aumentar a confiança entre os atores econômicos, estimular a capacidade empresarial, fortalecer cooperação entre os atores e incentivar os mecanismos de aprendizagem e de interação, e conseqüentemente, melhorar sua competitividade no mercado. Quando isso ocorre esse território reduz obstáculos para o processo de desenvolvimento auto-sustentado.

Uma política de desenvolvimento local que propicia a realização das interações descritas acima, cumpre sua função relevante nos processos de ajuste produtivo, fomenta a difusão das inovações e do conhecimento, contribui para o desenvolvimento empresarial e a criação de redes de empresas, aumenta a diversidade urbana e estimula o desenvolvimento institucional.

Portanto, para Vásquez Barquero (2001), o que diferencia os processos de desenvolvimento não está associado apenas as diversidades existentes em termos das potencialidades de desenvolvimento ou dos fatores de acumulação de capita, mas também a interação entre os fatores citados anteriormente e que incidem sobre o processo de desenvolvimento endógeno. Sendo o que caracteriza de forma efetiva a diferença entre os processos de desenvolvimento é o resultado das externalidades geradas pela interação entre esses processos.

5 O ELO DO APOIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO OFERECIDO PELOS GESTORES PÚBLICOS LOCAIS E DO SEU PAPEL DE PROMOTOR DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO.

Nos anos 80 e 90⁴, uma nova fase de reestruturação tecnológica organizacional afetava as formas de produção, a organização e a gestão empresarial. O papel do Estado, sua regulação socioinstitucional, o funcionamento eficiente de organização pública e privada também passavam por adaptações a uma nova inserção tecnológica e organizacional.

Nesse mesmo momento a macroeconomia também passava por novas etapas de seu processo, como: a crescente globalização de importantes setores da economia internacional; a desregulação financeira; a maior abertura externa de todas as economias, derivada da emergência de ampliação dos mercados; e a retomada de práticas neoprotecionistas. Essas mudanças geraram conseqüências aos sistemas produtivos locais, se inserindo em um contexto econômico e comercial de maior exigência de competitividade, de maior eficiência produtiva e produtividade, correspondendo à transição tecnológica estrutural e organizacional.

A dinâmica de acumulação mundial de capital nesse novo cenário é constituída de um mosaico heterogêneo de sistemas econômicos nacionais (países), que estão inseridos e dominados por um núcleo global, mas que não se constitui somente dele. Existem sistemas que são limitados ao seu território e que não participam diretamente da dinâmica globalizada. Esses sistemas são as economias que interagem localmente, como a economia camponesa, a de subsistência, o setor informal ou as pequenas e médias empresas a nível local ou regional.

Para Llorens (2001), a busca das economias nacionais pelo desenvolvimento econômico não depende somente da capacidade de produção para a exportação, ou

⁴ A reestruturação produtiva e organizacional dos anos 80 e 90 ocorrem depois do esgotamento do modelo de desenvolvimento fordista e como conseqüência da reação das empresas ao buscarem incrementar sua acumulação de capital e se manterem em uma nova economia globalizada. Buscaram assim, melhorar a eficiência produtiva e a competitividade mediante a incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais na própria base dos sistemas produtivos territoriais. Complementando essas novas exigências da globalização econômica se insere o papel do Estado, com um novo esquema de regulação a nível de gestão pública que proporcione novos papéis e maiores recursos e competências às administrações locais, facilitando as necessárias alianças e as articulações de atores territoriais para impulsionar o desenvolvimento econômico local e a geração de emprego e renda.

seja, sua força no mercado mundial, mas sim das estratégias de desenvolvimento que ocorrem no âmbito nacional, mas com foco no território, em cada localidade. Assegurando, assim, a introdução e a difusão das inovações tecnológicas e organizacionais internas nos diferentes sistemas econômicos nacionais e locais, e direcionando os investimentos produtivos e empresariais para os sistemas produtivos que potencializam o desenvolvimento local, de alcance nacional.

Diante do processo de fortalecimento do sistema produtivo local e do mercado local, que inclui a readaptação econômica e institucional, conjuntamente com a descentralização das decisões de governo e na mudança no papel das instituições governamentais, o processo precisa passar a considerar as circunstâncias específicas nacionais e territoriais. A fim de abranger toda a diferenciação e potencialidade existente em cada contexto, de modo, a definir políticas mais apropriadas nos distintos níveis do desenvolvimento econômico.

Sendo assim, as teorias e políticas de desenvolvimento econômico endógeno ou "de baixo para cima" difundem o desenvolvimento tomando a territorialidade e os recursos endógenos econômicos, sociais, culturais e territoriais, como base para a sustentação do crescimento econômico e do emprego produtivo, aumentando as possibilidades de aproveitar as oportunidades de dinamismo externo existentes. Onde, por serem articulados e propostos por agentes territoriais são mais disseminados, embora dependentes do apoio político e administrativo público,

O elo para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento local é o apoio político-administrativo oferecido pelos gestores públicos locais e o seu papel de promotor de estratégias de desenvolvimento. Em que essas considerem a complexidade dos contextos existentes e a articulação estratégica entre os atores socioeconômicos locais, propiciando a aproximação territorial e a descentralização, a fim de se obter eficácia nas medidas relativas à inovação tecnológica e a adaptação da disponibilidade de qualificação de recursos humanos as necessidades de modernização da base produtiva e do tecido empresarial local.

Isso requer uma mudança nas funções das administrações públicas territoriais, estimulando a negociação entre os atores locais, privados e públicos, promovendo a vinculação em rede entre esses atores, a fim de constituir um entorno institucional que

visa favorecer o fomento produtivo e facilitar o acesso aos serviços de informação, capacitação e financiamento apropriados a estruturação da micro, pequenas e médias empresas locais, pois essas são a base da maior parte do tecido empresarial.

Em alguns casos a capacidade inovadora empresarial já está presente no nível local para liderar o processo de desenvolvimento e mobilizar os recursos disponíveis. Aguardando, somente, uma intervenção do governo local na gestão empresarial direta para estimular iniciativas criativas e inovadoras no território, e conseqüentemente, alavancar novos sistemas produtivos locais, tendo por base no sistema escolar, em aspectos do território e do meio ambiente.

Segundo Llorens (2001), o desenvolvimento econômico local é um processo de desenvolvimento econômico e de mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local e nos quais algumas dimensões são consideradas indispensáveis para se alcançar esse nível de desenvolvimento.

Na base econômica, os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais em níveis de produtividade suficiente para serem competitivos nos mercados.

Na ordem político-administrativa a gestão local e regional facilita a articulação público-privada em nível territorial e a criação de "entornos inovadores" favoráveis ao desenvolvimento produtivo empresarial.

A formação de recursos humanos é um dos fatores específicos acentuados por Llorens (2001), pois os atores educacionais e de capacitação negociam com os empreendedores locais a adequação da oferta de conhecimento as demandas da inovação e dos perfis produtivos locais.

As questões socioculturais representadas pelos valores e pelas instituições locais que impulsionam ou apóiam o próprio processo de desenvolvimento.

E por último o foco ambiental que caracteriza e especifica as potencialidades e os limites do meio natural, a fim de assegurar a sustentabilidade do meio ambiente.

Llorens (2001) se preocupa em apontar alguns aspectos e linhas de políticas que devem ser abordadas no intuito de efetivar as estratégias de desenvolvimento econômico local propostas, descrevendo a necessidade de uma "articulação produtiva territorial do tecido empresarial e das diferentes atividades rurais, urbanas, agrárias,

industriais e de serviços; o compromisso com o emprego produtivo e com o atendimento ao mercado de trabalho local; o conhecimento das tecnologias apropriadas à dotação de recursos e potencialidades territoriais; a atenção a inovação tecnológica e organizacional adequadas aos níveis produtivos e empresariais locais; o envolvimento dos trabalhadores locais na redefinição da organização produtiva; a adaptação do sistema educacional e de capacitação profissional a problemática produtiva e socioterritorial; a existência de políticas específicas de apoio a micro, pequena e média empresas, cooperativas e setor normal local; e o acesso aos serviços de desenvolvimento empresarial.

Algumas linhas de política devem ser articuladas entre as diferentes instâncias públicas territoriais, visando à definição de ações coerentes. A delegação de competências reais e a distribuição de poder que perpassa a descentralização político-territorial constituem um requisito central para dotar os territórios do máximo de autonomia, fortalecendo o Estado local.

Entretanto, Llorens (2001) não pretende desqualificar a via tradicional do desenvolvimento concentrador e urbano-industrial, mas sim destaca que existem outras vias de desenvolvimento econômico, as quais não tem porque desconsiderá-las ou entendê-las como menos eficientes ou interessantes, mais sim diferentes, e em alguns casos, as únicas possíveis. É necessária uma combinação de ambas as vias, para se atingir uma melhor eficiência da totalidade dos recursos potenciais existentes nas diferentes localidades ou regiões, a fim de gerar mais riqueza e emprego, buscando assim uma difusão mais equilibrada do crescimento econômico em nível territorial e maiores níveis de renda.

6 PRINCÍPIOS NÃO CAPITALISTAS COMO FORMAS DE CONCEBER E ORGANIZAR A VIDA ECONÔMICA QUE IMPLICAM REFORMAS RADICAIS DENTRO DO CAPITALISMO.

Reinventar formas econômicas alternativas ao modelo capitalista vem sendo o foco da discussão desde os séculos XIX e XX, e principalmente após a ausência de continuidade das economias socialistas centralizadas.

Para Santos (2002) e para os que acreditam que os sistemas socialistas centralizados não ofereciam uma alternativa emancipatória ao capitalismo, a crise desse sistema criou oportunidade para recuperar ou inventar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anti-capitalistas. De fato, a viabilidade de tais alternativas, pelo menos a curto e médio prazo, depende da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo.

Portanto, o que se pretende é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que tem sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente.

As formas econômicas alternativas são justificadas dentro de uma linha de pensamento crítico que se contrapõem a 3 características negativas das economias capitalistas.

Na tradição marxista o efeito que figura no centro das críticas é a desigualdade econômica e de poder entre as classes sociais. A separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital. As mesmas condições que tornam possível a acumulação geram desigualdades entre as classes sociais, no interior de cada país, e entre países, no sistema mundial.

A segunda são as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista que produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal. E esta redução da sociabilidade está no centro do conceito de alienação de Marx, e inspira e procura ampliar a esfera em que o intercâmbio se baseia na reciprocidade.

A terceira crítica, a exploração crescente dos recursos naturais em nível global coloca em perigo as condições físicas de vida na Terra, devido aos níveis e tipos de produção e consumo exigidos pelo capitalismo que são insustentáveis. O capitalismo tende a esgotar os recursos naturais que permitem a sua própria reprodução.

Portanto, as novas formas alternativas de produção se baseiam nas três principais críticas do pensamento marxista ao sistema capitalista para se estruturar, organizar e relacionar com o meio e o homem.

Todos estes tipos de experiências têm em comum o fato de procurarem (com resultados dispares) tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia. Criando espaços econômicos em que predominam distribuição dos frutos do trabalho de forma eqüitativa entre seus produtores e o processo de produção implica na participação de todos nas decisões, como as cooperativas; respeitando o princípio da solidariedade, onde o que um a pessoa recebe depende das suas necessidades e a contribuição depende das suas capacidades, como exemplo, os sistemas tributários progressivos; ou, em nome da proteção ao meio ambiente, a escala e o processo de produção ajustam-se a imperativos ecológicos, mesmo quando estes contrariam o crescimento econômico.

As alternativas de produção variam muito no que diz respeito à sua relação com o sistema capitalista. Enquanto umas são compatíveis, outras implicam uma transformação radical ou até mesmo o abandono da produção capitalista.

Portanto, já que nenhuma das propostas viáveis representa novos modelos de produção que substituam o modo capitalista, Santos (2002) denomina essas alternativas como formas de produção não capitalistas.

Santos (2002) se concentra nas alternativas de produção e não de distribuição e consumo ou de redistribuição de renda, por considerar um dos fatores essenciais para o avanço das alternativas de produção é a sua articulação com alternativas econômicas progressistas relacionadas com a distribuição, o consumo, a redistribuição de recursos, as políticas de imigração, a proteção dos direitos trabalhistas e ambientais, etc. As alternativas de produção só podem sustentar-se e expandir-se quando entram em um círculo virtuoso, como outras alternativas no campo econômico e social.

Segue adiante as múltiplas iniciativas e propostas de formas alternativas de produção.

Dentre as formas alternativas encontram-se as **cooperativas de produção**, a estruturada na cooperativa tradicional, que surgem concomitantes as primeiras práticas do modo de produção capitalista e em decorrência da insatisfação e reação dos camponeses e de pequenos produtores à pauperização, aos baixos salários e as condições de trabalho desumano, com o advindo das primeiras fábricas do capitalismo

industrial. Procurando, assim, modos alternativos de organização econômica, baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária.

O associativismo, como teoria social, é baseado em dois postulados, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios de cooperação e mutualidade e por formas de organização políticas pluralistas e federalistas que deram papel central à sociedade civil. O cooperativismo, como prática econômica, inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade.

Estes valores misturam-se ao conjunto de sete princípios que tem norteado a funcionamento das cooperativas de todo o mundo desde a primeira versão como:

- vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros;
- descontrolo democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”;
- a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre distribuição de proveitos;
- a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações;
- o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – facultar uma participação ativa;
- cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais;
- contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que esta localizada a cooperativa.

Santos (2002) aponta algumas melhorias e questões do cooperativismo e do associativismo, que embargam seu crescimento e valorização como modelo econômico.

As cooperativas são intrinsecamente instáveis, pois estão presas a um dilema estrutural, pois sua estrutura democrática as torna incapazes de tomar decisões no mesmo ritmo dinâmico e perspicaz que o mercado. Essa mesma estrutura impede de alcançar o nível de capitalização necessário para expandir, decorrente do fato dos investidores desejarem ter o peso na intervenção da decisão proporcional a sua contribuição. E mesmo crescendo e expandindo, necessitam de grande volume de capital, onde a solução é apelar para um investidor externo, cuja influência diverge do espírito da mesma.

Entretanto existem quatro razões fundamentais para o ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidária e pelas cooperativas de trabalhadores, relacionadas às condições econômicas e políticas contemporâneas, que segundo Santos (2002), podem ser promotoras da criação de alternativas de produção emancipadoras.

As cooperativas passam a ser consideradas uma alternativa de produção factível e plausível, por estarem organizadas por princípios e estruturas não capitalista, e ao mesmo tempo, operarem dentro da economia de mercado. Apresentam potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, pois são mais produtivas que as empresas capitalistas. Os trabalhadores-proprietários têm mais incentivos econômicos e morais para dedicação e esforço, pois se beneficiam diretamente dos resultados econômicos e reduzem os custos de supervisão. As cooperativas também são espacialmente adequadas para competir no mercado global contemporâneo, pois segundo Piore e Sabel (1984) as características de especialização flexível, empresas fragmentadas, capacidade de flexibilidade as mudanças do mercado, participação ativa e inovadora dos trabalhadores, são intrínsecas das cooperativas de trabalhadores.

Sua característica essencial em que os trabalhadores são os proprietários, propiciam a difusão das cooperativas por seu efeito igualitário direto sobre a distribuição da propriedade na economia, estimulando o crescimento econômico e diminuindo os níveis de desigualdade.

As cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, e são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista. Ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico, estendendo assim o princípio de cidadania à gestão das empresas.

A segunda forma alternativa de produção é o **socialismo de mercado**. Surge da crise do modelo tradicional socialista e de uma tentativa de recolocar a relação socialismo e mercado, surgindo às primeiras experiências e teorias do "socialismo de mercado".

A reflexão fundamental do socialismo de mercado é a combinação entre mecanismos de mercado e planejamento econômico, no qual o mercado tem o papel

preponderante, representando a forma viável e adequada de perseguir os fins socialistas de solidariedade e igualdade.

Nessa perspectiva, não existe uma relação necessária entre o mercado e o capitalismo. O mercado é um mecanismo (o mais eficiente que conhecemos) de coordenação das decisões econômicas descentralizadas. E por si só, o mercado não gera os níveis de desigualdade e alienação que caracterizam o capitalismo. Portanto, é possível realizar reformas radicais no regime de propriedade e em outras instituições, de modo que os mercados facilitem a concretização de objetivos socialistas.

Porém, se mantém as ações tradicionais, as empresas sendo propriedades dos trabalhadores, que funcionam como cooperativas de trabalhadores. Portanto, um mercado no qual predominam as cooperativas e seja regido por regras básicas de redistribuição da riqueza (sem que isso signifique um retorno ao planejamento econômico que aniquile o mercado), podendo simultaneamente promover a igualdade, a solidariedade e a liberdade.

O fortalecimento das cooperativas de trabalhadores, como forma de reorganizar a economia, é pautado na concepção de formas de cooperação entre as cooperativas, e entre estas e as entidades estatais, para criar um tipo de rede de apoio.

Entretanto, apesar das críticas o que deve ser enfatizado é a importância do debate e reanimação quanto à reflexão de criar novas alternativas de organização da produção e de modelos econômicos, que não sejam excludentes e não gerem ou reduzam as desigualdades sociais.

O socialismo de mercado consiste fundamentalmente na reintrodução do associativismo na tradição socialista e uma tentativa de combinar as vantagens do mercado com a produção solidária.

As economias populares e o desenvolvimento alternativo na periferia e na semiperiferia, representam outra proposta de desenvolvimento alternativo, que se baseiam na análise dos programas de desenvolvimento convencionais. Tendo origem no início dos anos 70, canalizando o descontentamento face à abordagem tradicional do desenvolvimento e hoje constitui uma das principais fontes de idéias e críticas à globalização neoliberal.

As propostas adotam a perspectiva do desenvolvimento alternativo de forma muito variada. Contudo, todos partilham de um conjunto de pressupostos que constituem a base da teoria.

Primeiro, o desenvolvimento alternativo é formulado com base a tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores. O desenvolvimento econômico é concebido de forma a promover a melhoria das condições de vida para a população e para os setores marginalizados, inspirando-se nos valores de igualdade e da cidadania, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento. Todavia, essa linha de pensamento e ação não rejeita a idéia do crescimento econômico, porém propõe limites e subordina-o à imperativos não econômicos.

Segundo, esta perspectiva propõe um desenvolvimento de base, ou “de baixo para cima”. A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento devem residir na sociedade civil. Nesse sentido, a teoria propõe como atores centrais do desenvolvimento os sujeitos coletivos, isto é, as comunidades organizadas. O caráter coletivo do desenvolvimento “de baixo para cima” gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política.

Terceiro, o desenvolvimento alternativo privilegia a escala local, tanto como objeto de reflexão como de ação social.

Quarto, propõe alternativas baseadas em iniciativas coletivas, geralmente pautadas em empresas e organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária. Afirmam a importância de atividades de troca nas comunidades marginalizadas, reforçando os mecanismos de reciprocidade e permitindo que seus membros tenham acesso a bens e serviços que a pobreza impede de adquirir no mercado.

O desenvolvimento alternativo propõe modificações e limites ao crescimento, mas não põe em causa a própria idéia de crescimento econômico.

Para Santos (2002), as propostas têm limitação importante para a construção de alternativas econômicas emancipadoras, que deriva de sua ênfase exclusiva na escala

local. Sendo necessário modos de pensamento e ação que sejam ambiciosos em termos de escala, que sejam capazes de pensar e atuar em escala local, regional, nacional e global, dependendo da necessidade das iniciativas concretas.

Portanto, ultrapassar a imagem da comunidade como uma coletividade fechada e estática (comunidade-fortaleza) para uma imagem de entidade viva e dinâmica, aberta simultaneamente ao contato e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas. Entretanto, existem questões contraditórias como o local e global, e a incompatibilidade de solidariedade entre comunidades que podem não viabilizar as alternativas econômicas.

No campo da produção, torna necessária a articulação destas entre si, - em condições que devem ser negociadas para evitar a cooptação e o desaparecimento das alternativas - com o Estado e com o setor capitalismo da economia. Esta articulação em economias plurais em diferentes escalas que não desvirtuem as alternativas não capitalistas é o desafio central que enfrentam, hoje, os movimentos e organizações de todo o tipo que procuram um desenvolvimento alternativo.

Santos (2002) trás para discussão o modelo de desenvolvimento que se busca, por meio do questionamento sobre a noção de crescimento existente hoje. Apesar de coincidir com os defensores do desenvolvimento alternativo, esses propõem alternativas pós-desenvolvimentistas, que rejeitam o paradigma atual de desenvolvimento pautado no crescimento. Levando essas novas propostas pautadas numa visão socialista de solidariedade, igualdade e liberdade a refletir e questionar a noção de crescimento e não de desenvolvimento somente, pois o segundo está embasado no primeiro.

Segundo os ecologistas a visão de desenvolvimento estruturado no crescimento que se tem hoje é impossível de se sustentar sem destruir as condições de vida na Terra. Portanto, o único tipo de desenvolvimento sustentável é o *"desenvolvimento sem crescimento - focando assim a melhoria da qualidade da base física econômica que se mantém num estado estável, dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema."*

Onde para Santos (2002) o desenvolvimento entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor, está longe da idéia do

desenvolvimento como crescimento, como incremento. As atividades econômicas podem desenvolver-se sem crescer. Em coerência com satisfação das necessidades de todos e não na ambição de todos, não criando novas necessidades e artigos.

7 O TERRITÓRIO É CARACTERIZADO POR UM CONJUNTO DE CONDIÇÕES QUE IRÃO INFLUENCIAR NO DESENVOLVIMENTO.

O movimento municipalista que culminou na Constituição de 1988, onde legislou a descentralização das decisões governamentais, deu início a teoria do desenvolvimento econômico local no Brasil. Embora ainda existam restrições e desacordos na definição do melhor caminho a percorrer que propicie esse desenvolvimento local ou municipal, principalmente no que refere ao papel das políticas públicas.

Para Fauré e Hasenclever (2006) há uma grande dificuldade em explicar a razão do desenvolvimento de umas cidades e o fracasso de outras, as quais estão inseridas em uma mesma realidade nacional, com as mesmas limitações e restrições e nas mesmas condições e regras. Uma das questões se refere ao fato do desenvolvimento local ser um fenômeno de múltiplas escalas de intervenção, onde a escala local vem adquirindo maior visibilidade, desde os anos 80.

Segundo Fauré e Hasenclever (2006), no Brasil, o histórico das concentrações espaciais e setoriais não apresentam o mesmo grau avançado de especialização e cooperação que os distritos industriais da Terceira Itália.

Analisando os três níveis de governo existentes no Brasil, somente no nível federal existem alguns poucos planos de ação e mecanismos de apoio e várias agências técnicas e profissionais que são engajadas na implementação dos Arranjos Produtivos locais - APLs, denominação dada no Brasil a suas aglomerações econômicas. Para Fauré e Hasenclever (2006), esse movimento demonstrou um interesse pelos negócios locais, somente em decorrência de uma submissão à um modelo de desenvolvimento que era "febre" naquele momento.

O objetivo do programa brasileiro de apoio as APLs não seguia a mesma linha de atuação e fortalecimento das econômicas locais dos modelos europeus, como apresentadas por Amis e Robins (1992), orientadas pela potencialização de suas

qualidades e habilidades intrínsecas a cultura e a história de cada localidade. Mas sim estava focada na melhoria da cooperação inter-empresas, no aprofundamento da divisão do trabalho entre elas, na preocupação com a qualidade da produção e serviços e na organização da produção.

A principal questão do programa dos APLs era a formação de aglomerados econômicos sólidos, sem considerar a sustentabilidade e a capacidade de reprodução adaptativa que levasse em conta as relações do mercado, das tecnologias. Consequentemente, a maioria dessas localidades depararam com crises e acabaram por estagnar ou diminuir suas atividades econômicas, devido à ausência de um mecanismo de acompanhamento e apoio institucional.

Sendo assim, Fauré e Hasenclever (2006) não consideram essas aglomerações especializadas como possibilidade de sucesso econômico, por não serem sustentáveis no longo prazo. Nesse sentido, admiti que o estímulo ao desenvolvimento econômico local não passa, exclusivamente, por esforços de aglomeração e construção de APLs, deve envolver ações de diversificação das atividades econômicas e aumentar a base produtiva, buscando novas fontes de emprego e renda, além de outras questões que serão abordadas posteriormente.

Em uma visão geral do desenvolvimento para Fauré e Hasenclever (2006), a variável geográfica é discriminante e explicativa do processo de desenvolvimento. O território é caracterizado por um conjunto de condições que irão influenciar no desenvolvimento. Por exemplo, nos estudos de M. Porter *apud* Fauré e Hasenclever (2006), dos “quatro vértices do diamante de competitividade”, ele defende que a qualificação da mão de obra, conhecimento, inovação e infra-estrutura, são as grandes disparidades da localidade.

No cenário contemporâneo, a globalização surge como mais um fator potencializador, por dinamizar e expandir territórios produtivos infranacionais à escala mundial. Juntamente com o processo de descentralização institucional, que distribui deveres econômicos aos poderes públicos locais e responsabilidade política aos dirigentes e aos governantes a nível municipal.

As economias locais necessitam potencializar os vários fatores de maneira concomitante para ser possível assegurar a prosperidade sólida e durável, não redutível

apenas ao crescimento econômico, mas sim que construa o desenvolvimento econômico local. Para Fauré e Hasenclever (2006) esse fatores são: os efeitos de aglomeração; a intensificação das economias de proximidade; a ancoragem física das empresas; a realização de programas de criação de emprego e renda; o apoio à modernização do tecido empresarial; os esforços produzidos para elevar o nível de qualificações e de competências; e as ações facilitando a incorporação e a difusão das inovações; a construção do território por um conjunto de organizações e de serviços; o acionamento de uma governança associando as esferas públicas e privadas; a criação de instrumentos institucionais visando adaptar as mudanças e antecipar os problemas e os desafios. Esses fatores estão inseridos dentro de três dimensões que ao convergirem garantem a existência do desenvolvimento local.

A dimensão endogeneidade significa a existência de um potencial de recursos locais, materiais e imateriais, disponíveis, que podem ser explorados e valorizados pela sociedade local, (atores locais) em prol do desenvolvimento econômico local. Onde essa endogeneidade permite as trocas com o ambiente mais amplo que dinamize o desenvolvimento local.

A outra dimensão é a territorialidade, que remete à historicidade de cada localidade, com seus componentes geográficos, os atores que constituíram esse processo e suas relações, as regras implícitas e explícitas, o contexto social, cultural, ambiental específico.

A última dimensão é referente às instituições e organizações, que integram e institucionalizam essa realidade local, criadas para implementar e fazer cumprir as regras e normas. Entretanto, para haver uma representatividade e uma consistência com a realidade específica é necessário que haja uma integração das instituições e organizações com a sociedade na busca de soluções compartilhadas. As políticas públicas representem uma demanda e o interesse da população local, que as diferentes esferas de governo interajam e acoplem forças e recursos em prol dessa realidade.

Essas dimensões gerais são a base para a ocorrência dos fatores a nível local e infranacional, os quais baseado nas análises realizadas por Albuquerque (2004 *apud* FAURÉ; HASENCLEVER 2006), de experiências na América Latina, e em outras

experiências, concluem que existem elementos básicos para se construir um desenvolvimento econômico local que incluem:

- a mobilização e a participação dos atores locais;
- a postura próativa do poder público-privada na intenção de valorizar os recursos locais;
- a elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento, visando o aumento da especialização e da diversificação produtivas, através da promoção e a atração de novos negócios, no apoio as MPMEs⁵ (financeiro e de capacitação), na impulsão à cooperação e parcerias entre empresas, na organização de redes entre os agentes públicos e privados para elevar a produtividade do conjunto econômico local e para integrar;
- divulgar inovações e a vinculação entre as empresas e centros científicos e tecnológicos para melhorar a competitividade;
- a coordenação de programas de ação e dos instrumentos de apoio, financeiros e outros, para atender as demandas e as limitações específicas das micro e pequenas empresas;
- a renovação e a expansão das infra-estruturas tanto em termos físicos (malha viária, abastecimento de água, eletricidade, redes de telefone, internet) quanto em termos de serviços (instituições, agências de apoio técnico, de capacitação, etc) que podem incluir até a oferta de terrenos para as atividades (pólos industriais etc);

Portanto, a institucionalização do quadro para o desenvolvimento local, com base em um pacto político suprapartidário no âmbito territorial para assegurar a legitimidade e a durabilidade, ou seja, a sustentabilidade do processo, para além de mudanças políticas.

No caso brasileiro, muitas mudanças vêm ocorrendo para alcançar o desenvolvimento local. A população vem cobrando mais através de seus representantes institucionais (associações, ongs, oscip), e exigindo das autoridades um comprometimento real na área social e econômica.

As prefeituras vêm modernizando a administração pública, investindo na informatização dos sistemas públicos e na qualificação de seus funcionários, se adaptando a uma nova realidade do sistema de gestão pública. Principalmente, após a

⁵ MPMEs – Micro, Pequenas e Médias Empresas

aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, quando tornou obrigatória a elaboração do Plano Diretor e sua vinculação com o planejamento e ordenamento da cidade, as Prefeituras passaram a ter um conhecimento aprofundado da realidade local, com suas necessidades e potencialidades.

Fauré e Hasenclever (2006) fazem uma análise crítica sobre as mudanças necessárias ao Brasil para promover o desenvolvimento econômico local. A questão da fragilidade e expectativa de vida das MPMEs, é um dos problemas a ser enfrentado, e está diretamente relacionado a necessidade de evoluir na morfologia empresarial brasileira, de reduzir a burocracia e os encargos fiscais e sociais que oneram as MPMEs, de aceder a crédito com políticas e linhas de microcrédito, mudanças na legislação sobre pequenas empresas para facilitar os procedimentos de legalização e de encargos fiscais e sociais.

O segundo desafio a ser enfrentado no Brasil é a questão crescente da informalidade das atividades, que geram conseqüências de perda na arrecadação tributária municipal e na capacidade endógena de financiamento do desenvolvimento. No Brasil, a subcontratação e a informalidade são estimuladas pelas empresas que precisam reduzir seus custos de contratação de pessoal e da sua planta industrial, e pelo contingente de trabalhadores desempregados, que buscam alternativas para a geração de renda, por meio de trabalhos temporários subcontratados ou da informalidade da prestação de serviços.

Além das questões acima mencionadas, a pobreza é outro fator explicativo da informalidade. Economicamente falando, em situação de pobreza, os procedimentos e os efeitos da informalização são onerosos e insuportáveis à realidade social. Em uma camada da população onde o valor de cada consumo representa um peso no orçamento familiar, a informalidade propicia a venda a preços mais baixos, atendendo os interesses da população que consome e do empreendedor que vende. Portanto, a informalidade representa para a camada mais pobre a única fonte de sobrevivência para quem consome e para quem gera renda.

Para Fauré e Hasenclever (2006), essas são as principais causas da informalidade no Brasil e empecilho ao seu desenvolvimento. Apesar de esses desafios serem muito visíveis a nível local, depende de soluções nacionais, como no caso de

crédito e das mudanças das legislações tributárias e trabalhistas. Mostrando as inúmeras interfaces territoriais do desenvolvimento econômico local e a necessidade da realização de ações concomitantes que possibilitem sua idealização.

CONCLUSÃO

Apesar de estarem espacialmente distantes, analisando casos empíricos diversos e inseridos em linhas de pensamento diferentes, de maneira geral os autores propõem mecanismos e condições para se alcançar o desenvolvimento de forma mais igualitária, democrática e solidária, com o cuidado de não gerar as conseqüências maléficas do capitalismo e não se utilizar dos preceitos de concorrência, exclusão e desigualdade. A maioria dentro do sistema capitalista. Santos (2002) no sentido da sua reforma. Amin e Robins (1992) são os únicos que não concordam que o desenvolvimento pode partir de atributos locais, mas que esses são meros coadjuvantes do interesse das grandes empresas.

Então, com exceção de Amin e Robins (1992), e apesar de existirem pontos não coincidentes, as similaridades e interação das propostas e das condições apresentadas pelos demais autores estimula a possibilidade de elaboração de uma nova teoria de desenvolvimento, pensada, estruturada, alavancada pelas características, especificidades e potencialidades de cada território. Os autores trazem o território, a definição espacial, o local, como o agente de transformação social e ator principal do desenvolvimento econômico, apesar de estar vinculado a uma visão e inserção futura no global, como forma de continuidade desse desenvolvimento.

A partir desse território específico, ou seja, o local, se inicia o processo. Em primeiro lugar, é unânime o reconhecimento da realidade local, perpassando toda a dinâmica de funcionamento, como se encontra socialmente organizado, abrangendo a história, a cultura, a religião, os comportamentos, a economia, a divisão social, a política. Quanto mais minuciosa for essa caracterização, mais adequadas serão as políticas públicas e os investimentos para atender às necessidades e potencializar as qualidades e especificidades locais.

O importante nessa etapa é a participação democrática, a sociedade local desenvolve um papel ativo no processo de transformação. Todos os atores sociais como, instituições públicas e privadas, instituições de pesquisa, ensino e tecnologia, organizações da sociedade civil, empresas interagem na definição e concordância da elaboração das políticas públicas, formalizando responsabilidades, papéis, direitos e

deveres na busca conjunta e participativa pelo desenvolvimento local. Além da constituição e articulação de uma rede de comunicação permanente entre esses atores.

Baseado nessa primeira análise desencadeia uma série de ações públicas e privadas na estruturação e consolidação dos mecanismos básicos como: a necessidade de instituições sólidas, comprometidas e embasadas na realidade local; instituições de crédito, de pesquisa científica e tecnológica, educacional e de infra-estrutura urbana que apoiem o fortalecimento do tecido empresarial (como FAURÉ; HASENCLEVER (2006), que defendem a MPMEs); a necessidade de modernização, inovação tecnológica e organizacional da cadeia produtiva; a especialização e diversificação da produção; a qualificação e adequação da mão de obra local as necessidades do sistema produtivo; interfase entre as áreas agrícolas, industriais, educacional, financeira e governamental; descentralização das decisões governamentais; e a importância da harmonização entre as políticas propostas pelos poderes federal, estadual e municipal e a coordenação entre os 3 poderes.

Um Estado forte e bem gerido, com um novo perfil de atuação proporcionando ações articuladas com o setor empresarial e o conjunto da sociedade civil local, que formule um planejamento de forma participativa, democrática e de interesse comum na melhoria do nível de vida de toda a população local é fundamental para se instituir novos rumos ao desenvolvimento econômico local.

Quanto ao setor produtivo, à criação do entorno territorial inovador, com uma base de relações de densidade e qualidade entre diferentes atores territoriais, que dão potencialidade a um circuito específico de interações orientado para o fomento empresarial, a inovação produtiva, a qualidade dos recursos humanos, as relações trabalhistas e o impulso cultural local de desenvolvimento, são elementos cruciais da competitividade.

Portanto, há uma série de fatores a nível macro, de condições de estabilidade econômica e política global; a nível meso, de condições econômicas e políticas de estabilidade nacional, crescimento econômico, de emprego e renda, investimentos, políticas públicas nacionais e estaduais; e a nível micro, de políticas públicas coerentes e adequadas a realidade local, de interações e realizações concomitantes de ações

locais, que se comuniquem com as políticas nacionais e estaduais; que ocorrendo de forma concomitante e integrada propiciam o desenvolvimento econômico local.

Não há um modelo único universal de desenvolvimento econômico local. Como em todo processo de desenvolvimento, as reações e alterações, que ocorrem nas economias e nas sociedades locais, decorrente de estímulos induzidos irão depender da combinação de uma série de fatores inerentes àquela localidade, de comportamentos, valores, cultura, história, costumes que determinarão os resultados desses estímulos.

O importante que há um consenso, onde essas formas alternativas estão pautadas em preceitos de participação democrática, descentralização das decisões, redução das desigualdades, direito de acesso ao trabalho e a renda, mínimos de qualidade de vida, e nos preceitos do socialismo de solidariedade, igualdade e liberdade, mas principalmente no conhecimento da realidade local e na potencialização de suas qualidades e especificidades.

Como toda teoria existe pressupostos e hipóteses influenciados de acordo com as peculiaridades da localidade, e uma série de fatores que devem ser manipulados a propiciar o acontecimento dos resultados. Porém não se podem prever as reações aos estímulos, sendo necessário acompanhá-los e corrigi-los de acordo com o interesse comum e o resultado desejado. A possibilidade de se formular uma teoria do desenvolvimento econômico local está próxima de se concretizar.

REFERÊNCIAS

AMIN, Ash; ROBINS, Kevin. Regresso das economias regionais? a geografia mítica da acumulação flexível. In BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1992. p. 77-101.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec; Annablume, 2002.

BENKO, George; LIPIETZ, Alan. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade? *Revista Espaço & Debates*, n. 38, 1994.

BRAGA, Tânia Maria. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.5, nov. 2001. p. 25-39

FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Lia. **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências**. [S.l.]: [s.n.], 2006.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

PIORE, M; SABEL, C. . **The second industrial divide**. Nova York: Basic Books, 1984.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista** Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVEIRA, Caio Márcio. **Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos**. Rede Dlis, 29 de março de 2004.

Disponível em:

http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=autor

VÁSQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; Editora UFRGS, 2001.